

Questões Agrárias e Urbanas

Interdependência e Subordinação

o caso norte-paranaense

YOSHIYA NAKAGAWARA*

Colaboradoras:

Eloisa Balaroti (**)
Eriete Maria Alves (**)

Elsie Alves Pereira (***)
Deise Maia (***)

INTRODUÇÃO

Os temas agrários e urbanos têm sido uma das questões de grande interesse dos estudiosos dos problemas humano-econômicos, sobretudo após a segunda Guerra Mundial, ou mais precisamente, nos últimos vinte anos.

Como abordar esses temas? Qual a melhor forma de compreender, analisar e apresentar alternativas viáveis? Até que ponto as soluções dadas nos países desenvolvidos são úteis aos países ou regiões subdesenvolvidas? Somente novas fórmulas e novos enfoques devem ser apresentados? E os clássicos, cuja literatura anda pouco disseminada e mesmo pouco apreendida até nos meios universitários?

Eis a questão.

Sabe-se que há leis no campo dos eventos sociais e econômico-políticos bastante conhecidas e irreversíveis; portanto, a irreversibilidade toma caráter natural do seu curso. Certamente, re-

futar agora a acumulação de conhecimentos da humanidade, ou adotar somente novos modelos ou "paradigmas", não parece ser uma boa solução. É na prática, é na dialética e na reflexão e reformulação constantes que os fatos vão se evidenciando, tornando-se claros e definidos.

Um fato é evidente: entre a apreensão da realidade, os sucessivos eventos sócio-político-econômicos e a discussão dos intelectuais, há uma distância de *gerações de eventos*. Muita tinta se gastou, muitos estudos foram feitos, muitos documentos foram elaborados, muitas reuniões foram realizadas, muitas formulações matemáticas e muita estatística altamente sofisticada foi utilizada. Porém, como são resolvidas as grandes questões da humanidade?

O academicismo das Universidades parece não ter percebido ainda a distância entre o concreto e o abstrato, entre a totalidade e a parcialidade do mundo onde nós próprios somos atores dessa inércia. Por outro lado, a dinamicidade da era tecnológica atrelada à informática, trazendo modernizações adotadas ou importadas, urge que novos métodos de apreensão e de análise da realidade sejam utilizados. Neste particular, pretende-se colocar aqui as reflexões iniciais sobre algumas questões agrárias e urbanas do Paraná, particularmente da região denominada **Norte do Paraná**.

(*) A 3ª parte deste artigo, referente às "Causas dos Tipos de migrações para as áreas suburbanas de Londrina", foi subsidiada pela Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL.

(*) Professora da UEL de Londrina e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas do CESULON.

(**) Alunas do Curso de Ciências Sociais do CESULON e monitoras do Núcleo de Estudos e Pesquisas.

(***) Componentes do grupo de estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas.

Uma das preocupações iniciais a qualquer estudioso é buscar alguma referência, que sirva de fio condutor ou de base epistemológica para localizar o objeto de estudo em um determinado quadro de interesse. Esse quadro, muitas vezes, pode estar imbuído ou caracterizado por aspectos que representam uma parcialidade da situação ou aspectos que estão bastante defasados da dinâmica dos fatos. Esta última situação parece refletir o estágio em que se encontra a literatura paranaense no estudo dos fatos sócio-político-econômicos, no que concerne principalmente a questões agrário-urbanas.

• • •

A proposição desta discussão preliminar é buscar um tipo de abordagem das questões agrárias e urbanas de forma a levantar as reais situações dos eventos e dos problemas nessas questões, sem prejudicar o seu conteúdo. A pretensão talvez esteja fora do alcance desta discussão preliminar, porém, de forma sucinta, podem-se alinhar alguns caminhos.

Não se pode dizer que seja uma tarefa fácil ou impossível. Percebe-se um distanciamento cada vez maior no tratamento das questões agrárias e urbanas, (poder-se-ia dizer *urbano-industriais* e até *urbano-político-industriais*) nos últimos vinte anos, a ponto de determinadas formulações nessas áreas, tendo por objeto um desses assuntos, ignorar totalmente o seu pano de fundo ou a sua inserção na evolução histórica; e, determinados modelos matemáticos, sobretudo no tratamento das questões urbanas, constituem-se mais em barreiras que na possibilidade da compreensão do quadro global.

Ainda, como tratar de questões agrárias e urbanas isoladamente, se o cenário é indubitavelmente um *determinado lugar*, com *determinadas características*, cujo processo sofre influências do *tempo* e do seu próprio *espaço*.

Essas colocações parecem um tanto dogmáticas e retornam à questão do homem enciclopédico — que sabe tudo, mas não resolve nada —. Então, o fulcro da questão é o conhecimento dos fatores fisiográficos, espaciais, temporais e sócio-políticos como indicadores básicos no estudo dessas questões? E por que não?

Se o objeto de estudo é o Norte do Paraná, uma área que sofreu e sofre influências desses aspectos na sua sociedade, certamente todos esses aspectos devem ser levados em consideração. O estudo de algumas sociedades ditas primitivas, ou o comportamento de um determinado grupo étnico

relativamente isolado, talvez não necessitasse dessas questões metodológicas, uma vez que a abrangência desses grupos no espaço é um pouco limitada, como também a influência recebida é mais ou menos limitada. Porém, na presente questão, — Norte do Paraná —,

- uma decisão na Bolsa de Nova York, afeta até o pequeno agricultor norte-paranaense (por ex. o preço da soja).
- uma condição meteorológica nos Estados Unidos ou na União Soviética, ou no Peru, afeta o comerciante, o produtor, o crédito agrícola, etc. (por ex. — más colheitas de soja/trigo ou as correntes marítimas desfavoráveis no Pacífico, afetando a sua pesca, que por sua vez afeta o mercado das rações — (torta de soja, farinha de peixe, etc.), que por sua vez, afeta o mercado das terras agricultáveis ou não no Paraná, etc., alterando, por sua vez, a estrutura fundiária, como resultado da política econômica brasileira (incentivo ao preço...), e influenciando também na locação da população, através de migrações, atrações, etc.
- as más colheitas, na própria região — Norte do Paraná, quer por influências das condições meteorológicas locais e/ou regionais (seca, geadas, muita chuva), influem na vida do cidadão, no mercado do emprego, no mercado imobiliário, na vida comercial, etc.
- a fertilidade da terra se relaciona à produtividade, em princípio, mas e a condição topográfica? Ela também é uma importante referência, pois disso dependerá a mecanização, etc.
- a ética e a moral estão a influir também nessas relações.

Bem, assim existem “n” questões não só aqui, como também em qualquer parte do globo, cujos inter-relacionamentos ou interdependências são facilmente identificáveis, e não se tem nenhuma novidade. Portanto, a utilização de alguns indicadores ou algumas correlações, torna-se muito mais fácil do que apreender o global — apreender, entender e projetar. Aqui, chega-se a um paradoxo: ao mesmo tempo que certas formulações matemáticas se constituem em barreiras para os pesquisadores, tornam-se mais seguras, porque poderiam oferecer mais opções, etc.

Existem inúmeros trabalhos tentando ou testando modelos geralmente importados, cuja validade não se discute, mas nem sempre se adaptam a situações brasileiras, imprevisíveis, e mesmo onde a estatística é um caso à parte...

• • •

Sem pretender esgotar os clássicos, estudiosos brasileiros ou não, que têm discutido a importância de compreender a sociedade, com o intuito de minorar os grandes problemas sociais ou de indicar caminhos metodológicos viáveis, a seguir, algumas polêmicas.

O Brasil é um país de opção capitalista e é dentro desse contexto que terá que ser apreendido, pois a reprodução do capital em escala regional ou nacional atrela-se à reprodução internacional do capital.

Há uma série de contradições históricas, lógicas ou filosóficas, e, na impossibilidade de abarcar concomitantemente as questões colocadas anteriormente, serão levantadas inicialmente argumentos da abordagem agrária.

• • •

ABORDAGEM DOS FATOS AGRÁRIOS

Segundo Gutelman,¹ as muitas dificuldades existentes para esclarecer o problema agrário estão intimamente ligadas à natureza mesma do problema agrário e aos instrumentos conhecidos para analisá-los.

Impõem-se, pois, conforme o autor, uma primeira constatação: não existe uma ciência ou disciplina específica dos problemas agrários; e, menos ainda, métodos e instrumentos de análise apropriados para o estudo desses problemas. Os problemas agrários podem ser abordados desde um ponto de vista econômico, com os instrumentos de análise e meios próprios desta disciplina, como também podem ser tratados do ponto de vista geográfico, sociológico, político, histórico, agrônômico, e, em cada oportunidade, com instrumentos de conhecimento e técnicas próprias destas disciplinas.

Continua o seu raciocínio, argumentando que os problemas agrários constituem, pois, um lugar geométrico, onde se aplicam, em um estudo de dissecação, métodos e instrumentos pertencentes a ciências e disciplinas extremamente distintas.

A dificuldade em estudar os problemas agrários de forma mais genericamente aceita é colocada pelo autor, quando diz que a economia, a história, a sociologia, para não enumerar mais que as mais importantes destas disciplinas, não constituem meios de conhecimentos fundamentados sobre um campo de postulados e conceitos aceitos por todo o mundo. Quando, por exemplo, se fala de um problema de física, os interlocutores sustentam um certo número de postulados que consi-

deram fundamentais, por exemplo: a conservação da matéria e da energia. Não ocorre o mesmo na história, onde, por exemplo, existem as concepções materialistas (os povos e as classes sociais fazem a história), concepções elitistas (os grandes homens fazem a história) e, inclusive, concepções de tipo policial (conspiração negra faz a história). Em economia, ocorre outro tanto; alguns autores aceitam uma série de postulados, que outros não aceitam. Por exemplo, o "valor trabalho" constitui um dos fundamentos essenciais na concepção marxista da economia; entretanto, a economia não-marxista não adere a este critério. Em sociologia, para alguns autores, a luta de classes é a base das relações sociais, embora, para outros, não seja.

Nessas considerações, o autor aponta algumas confusões que surgem. Por exemplo, os problemas agrários se abordam de forma indireta, através de disciplinas não específicas, cujos postulados básicos podem ser muito distintos. Disto se conclui que o tipo de argumento que se pode inferir também é de natureza muito variável. Mas, não é tanto esta diversidade que confunde os leitores não-versados ou ao estudante não-iniciado no estudo dos problemas agrários, mas o fato complementar de que os fundamentos teóricos dos argumentos e dos métodos utilizados poucas vezes são explicitados. Quase sempre estão subtendidos. E, muitas vezes, alguns argumentos baseiam-se em pressupostos divergentes e, na maioria das vezes, não precisos. Por esta razão, o tipo de formação adquirida pelos estudantes e os inquietos investigadores das questões agrárias mostram um ecletismo total. Sua preparação intelectual para abordar as questões agrárias, — e o problema da reforma agrária em particular —, constitui um conjunto de conceitos desconexos, através de leituras também desconexas e que, em nenhum caso, podem formar um esquema de pensamento coerente ou conduzir à formação de um instrumento de análise eficaz.

O primeiro elemento necessário, portanto, seria um método rigoroso de análise dos problemas agrários, cujos postulados, conceitos e instrumentos fossem coerentes, claramente explicitados e "aptos para dar contas" do problema agrário, isto é, explicar e permitir fazer previsões que se verifiquem na realidade, conclui Gutelman.

Os postulados sobre cujas bases foram elaborados os conceitos e os instrumentos da análise apresentada pelo autor na sua obra foram colocados na base da doutrina materialista.

Nem todos os autores dizem claramente quais foram os postulados básicos da sua análise agrária, apresentando uma série de dados empíricos, descrevendo-os sem colocá-los numa perspectiva histórica ou metodológica.

ABORDAGEM DOS FATOS URBANOS OU ESPACIAIS?

E quanto aos aspectos urbanos?

No Norte do Paraná, onde o rastro do pioneirismo é recente, onde as últimas matas foram recentemente derrubadas, restando ainda alguns enclaves verdes, não se pode dizer que esta ou aquela manifestação sócio-econômica seja eminentemente urbana, sem raízes rurais, quer na sua gênese, quer na sua composição mais ampla.

Harvey², na sua obra "Social Justice and the City", contribuição significativa à abordagem da questão urbana, sob a perspectiva da geografia marxista, diz que o urbanismo tem que ser visto como um jogo de relação social, onde reflete a relação estabelecida através da sociedade como um todo, sendo expressão das leis pelas quais os fenômenos urbanos estejam estruturados, regulados e construídos.

Se a sociedade como um todo subentende: sociedade agrária, urbana, industrial e política, como compreender todo esse comportamento, sem compreender a interdependência desses fatos?

Segundo Feldman³, a literatura urbana marxista pode-se periodizar em: clássica, radical, crítica e teórica, situando-se a obra de Harvey na terceira categoria, fornecendo valiosa contribuição.

Parece que a delimitação do "urbano" ainda permanece ambígua, e, considerando o termo "urbano" por si só, Feldman diz que a falta de especificidade na delimitação leva ou a inclusão de diferentes formas ecológicas sob o rótulo urbano, ou dirige a atenção para a urbanização como um processo moralmente capitalista. Nenhuma solução é satisfatória, e diz

"No meu ponto de vista o "urbanismo" é constituído pelo movimento contraditório dos momentos de socialização do processo de trabalho e da realização da mais valia na forma do espaço construído — estes vinculados inexoravelmente aos ciclos e estágios de acumulação". 4

As cidades não são simplesmente fenômenos sociológicos ou econômicos — continua ele — e, sim, uma combinação de praticamente todos os aspectos da vida social num todo complexo. O caráter holístico da análise marxista parece ser o mais adequado para desvendar esta complexidade. Mais ainda, no nível empírico poucas coisas refletem o desenvolvimento do capitalismo tão proximamente como a urbanização. Por outro lado, as cidades foram, até recentemente, como que praticamente ignoradas pela tradição marxista. Isto se deve provavelmente a uma combinação de dogmatismo eco-

nômico, que se recusou a analisar as coisas que estavam fora da esfera da produção, e o fato de o "urbano" não estar onde a ação se dava; a luta de classes parecia somente ocorrer no *locus* da produção, cujo silêncio somente foi rompido durante a década de 60, quando as lutas "urbanas" eclodiram dentro do mundo capitalista industrial. 5

Finaliza a reflexão, ressaltando os perigos da inserção das idéias marxistas na sociologia urbana, ao invés de estender a análise marxista ao contexto urbano.

Os fatos agrários e urbanos ocorrem em um determinado espaço, e esse espaço, antes de mais nada, precisa ser entendido. Por Milton Santos⁶, o espaço é uma realidade objetiva, um produto social e um sub-sistema da sociedade global, uma instância. Sua análise supõe a construção de uma epistemologia genética do espaço geográfico, fundada no fato de que as mudanças históricas conduzem a mudanças paralelas da organização do espaço.

Assim, para Milton Santos, exige-se que se considerem as categorias de *tempo* e de *escala* como capazes de assegurar uma visão global, dinâmica e concreta, onde a noção de totalidade aplicada à sociedade e ao espaço não deixe lugar a nenhuma espécie de tautologia. E para levar em conta os aspectos formais e de estrutura do espaço em geral e do sistema urbano, as noções de *estrutura*, *função* e *forma* são fundamentais. Assim, serão considerados paralelamente: a sociedade, em sua realidade e em seu movimento, os processos dessa evolução, as atividades atualmente localizadas no espaço e os objetos de que essas atividades dependem, isto é, as formas, analisadas através do seu aspecto material e de seus atributos técnicos e sociais. 7

Portanto, segundo o autor, a urbanização é nada mais que um resultado de tais processos historicamente determinados, enquanto localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

Na monumental obra "O Espaço Dividido"⁸ Milton Santos expõe com muita propriedade o impacto da modernização tecnológica sobre o espaço do Terceiro Mundo, considerando como fundamental a base econômica e política.

As seguintes considerações, extraídas da obra citada, sobre a especificidade do Espaço no Terceiro Mundo permitem compreender a importância de apreender o espaço como um todo, como um processo e como um movimento constante, comandado e comandável:

- os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as

combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí, vêm as diferenças entre espaços.

- os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial.
- existem dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço.
- Assim, a cidade não pode mais ser estudada como uma máquina maciça. Há dois sub-sistemas, denominados de "circuito superior" ou "moderno", e "circuito inferior", segundo sua concepção. O superior teria se originado da modernização tecnológica, e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pólos, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.
- Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema ou, antes, um sub-sistema do sistema urbano.

Assim exposto, Milton Santos considera que o reconhecimento da existência de dois circuitos obriga a uma nova discussão das teorias consagradas, tais como a da base econômica (exportação urbana), dos lugares centrais e dos pólos de crescimento, que até agora serviram de base a outras tantas teorias de planificação regional, impondo-se, portanto, novos instrumentos metodológicos.

Citando Morice (1972)⁹, Milton Santos diz que a planificação é uma ilusão contábil, pois a pobreza, relativa e absoluta, progride inexoravelmente, tanto no campo como na cidade.

A repercussão das modernizações¹⁰ atuais, frutos do sistema tecnológico, é muito extensa nos países subdesenvolvidos, estruturando e/ou desestruturando sociedades, em cujo comando estaria a força da grande indústria, representada essencialmente pelas firmas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informações, dando à pesquisa um papel autônomo no interior do sistema. 11

Segundo Milton Santos, pela primeira vez

na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo — a primeira estando a serviço da segunda — cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. No que concerne ao espaço, as repercussões desse novo período histórico são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos. A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço. 12

Colocada somente a essência da sua obra, de forma bem superficial, fica-se num impasse: entender, analisar e tentar mudar ou simplesmente aceitar os fatos como irreversíveis e continuar cantando a irreversibilidade? É o próprio autor quem responde: para que a produção possa se colocar a serviço da população é necessário, antes de tudo, que a idéia de produtividade econômica ceda lugar à idéia de produtividade social.

No plano teórico, é fácil, mas, e no plano prático? Mudar a estrutura e os objetivos não é fácil, no plano nacional. Segundo Milton Santos¹³, isso equivale a suprimir o papel atual das empresas multinacionais e dos monopólios privados. Uma tarefa não pode ser cumprida sem modificação radical das relações entre o Estado e o setor moderno da economia, ou seja, sem modificações dos comportamentos do Estado em relação ao sistema internacional, o que supõe um remanejamento dos objetivos do próprio Estado. O Estado poderia, assim, utilizando seu poder regulador, modificar o impacto das forças externas e notadamente reduzir, a partir daí, o papel atualmente atribuído às firmas multinacionais e aos monopólios na organização do espaço nacional.

Não se pode esperar, entretanto, uma mudança radical de situação. A morte dos períodos históricos é lenta e cheia de sobressaltos e ressurreições. A transformação do Estado não pode também ser feita por uma ruptura instantânea, com as condições de um passado que ainda está bem presente. O circuito inferior ainda terá, portanto, um papel a desempenhar no processo de mudança. Mas será necessário evitar que sua forma de transição não seja uma solução permanente, segundo o autor.

• • •

OBJETO RURAL — URBANO OU ESPACIAL — “NORTE DO PARANÁ”: DELIMITAÇÕES DIVERSIDADES E CONTRADIÇÕES

A expressão **Norte do Paraná** já se incorporou à linguagem corrente entre a população residente na porção setentrional do Estado, nas publicações oficiais do Paraná e também em estudos sobre a caracterização ou problemática regional.

O Norte do Paraná é freqüentemente citado para indicar que é a área mais fértil do Brasil, que é uma região de pequena propriedade familiar, que foi colonizada pelos ingleses, que foi feita uma reforma agrária, por ocasião da sua ocupação, idealizada pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, etc.

Entretanto, embora a sua “fama” seja notória, observa-se uma série de diversidades e contradições no seu interior.

Afinal, que é o Norte do Paraná? A divergência já começa com a sua localização ou delimitação.

O paralelo de 24º Sul é comumente utilizado como referência para o limite sul do Norte do Paraná, principalmente nos meios comerciais e industriais. Seria a área de abrangência do mercado regional, tendo Londrina como o seu pólo de comando e de influência.

A primeira referência científica dessa delimitação foi feita por Cambiaghi,¹⁴ em 1954, quando tratou do povoamento do Norte do Paraná. O critério foi fisiográfico e econômico. As principais bacias hidrográficas serviram de referências, e a área ocupada pela cultura cafeeira,¹⁵ porém, nessa época, a área da cultura cafeeira ainda estava em plena expansão na direção oeste-sudoeste do Paraná.

A segunda delimitação aparece dois anos depois, feita por Muller¹⁶, em 1956. Ela faz um estudo específico sobre o Norte do Paraná, discutindo a delimitação da porção sul. Adota, “além da área efetivamente ocupada pelo café, elemento que lhe assegura a individualidade no conjunto do Estado, toda aquela que estiver dentro de sua possível expansão” afirmando “mesmo com o risco da necessidade de futura revisão”, uma vez que os limites da expansão cafeeira ainda não estavam contornados. 17

O Norte do Paraná era e é freqüentemente associado à cultura do café. Hoje, até onde esse critério é válido? Todos os limites possíveis de expansão dessa cultura já foram esgotados. Em 1972, o IBC elaborou uma delimitação da *linha de geada*¹⁸, correspondendo ao limite da cultura cafeeira.

Pelo exposto, há uma confusão generalizada sobre a sua delimitação, e, conseqüentemente, diferentes conotações sobre a sua caracterização.

Para o IBC, a área de aptidão climática para o café, seria toda a área localizada ao norte da *linha de geada*. Neste caso, se se adotassem os “limites possíveis de expansão” da área cafeeira, conforme indicação das autoras acima citadas, o Norte do Paraná se estenderia até a divisa do Estado de Santa Catarina, além do Rio Iguaçú, a Sudoeste do Estado.

São decorridos cerca de 30 anos, após as primeiras delimitações e 50, após o desbravamento da grande parte da região comumente conhecida como Norte do Paraná. Além da associação do Norte do Paraná à cultura cafeeira, há um outro elemento que aparece associado: a expressão *pioneirismo*.

Hoje, nenhuma cultura paranaense pode servir como característica ou limite, tal a diversidade e a difusão de outras culturas, por exemplo, soja e trigo, ao lado das pastagens. Por outro lado, há uma diversidade muito grande nessa área, em termos de população, atividade econômica, apropriação do solo, aspectos pedológicos, fisiográficos, etc.

O Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de fornecer subsídios ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento e possibilitar a hierarquização da ação governamental nas escalas regional e municipal, tem realizado estudos das divisões regionais. Deve ser mencionado o executado em 1963 pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas aplicadas aos complexos sociais (SAGMACS), como encomenda da então Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR — e da Comissão de Planejamento Econômico do Paraná — PLADEP, e o segundo foi realizado pela Universidade Federal do Paraná, em convênio com o Governo do Estado, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, conhecido como o PDU.

Mais recentemente, em 1976, há uma proposta do Projeto de Regionalização Administrativa, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES —, com o propósito de descentralização dos Planos Estaduais.

Dessas propostas oficiais, apenas a primeira foi utilizada como referência do Norte do Paraná, em um curto período compreendido entre a proposta do PLADEP (1963) e a publicação das Microrregiões Homogêneas do IBGE (1968). Esta última até hoje tem sido muito utilizada. O Nor-

te do Paraná, tendo como referência o PLADEP, seria constituído de 3 regiões de Planejamento, 5, 6 e 7, correspondendo grosseiramente às áreas da cultura cafeeira. 19

Quanto às microrregiões homogêneas do IBGE, subdividindo o Estado do Paraná em 24 microrregiões, têm sido muito utilizadas nas publicações oficiais e não-oficiais, desde o início da década de 70, tomando-se 9 microrregiões localizadas na porção norte do Estado, como sendo o **Norte do Paraná**. Essa delimitação facilita a sistematização de dados secundários para efeito de análise estatística. 20

No trabalho sobre a *Regionalização Agrícola do Estado do Paraná*, realizado em 1975, as microrregiões homogêneas do Norte Velho de Veneslau Braz e Campo Mourão, foram excluídas do Norte, fazendo parte da Região Central e Região Oeste, respectivamente. 21

Por outro lado, inúmeros trabalhos subdividem o Norte do Paraná em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, de acordo com a ordem cronológica do seu desbravamento.²² O Norte Velho teria como limite oeste o Rio Tibagi e a borda dos Campos Gerais como o limite sul. O Norte Novo se estenderia do Rio Tibagi até os limites ocidentais das terras adquiridas pela Cia. de Terras Norte do Paraná — CTNP, e o limite sul seria o Rio Ivaí. O novíssimo se estenderia além dessas terras, ocupadas após 1950, a noroeste do Estado, sem limite muito preciso ao sul ou até as matas da fronteira, ou Pinhais do Sudoeste Central.

Nakagawara, ao realizar um estudo sobre "As funções regionais de Londrina e sua área de influência,"²³ apresenta uma delimitação diferente das referidas anteriormente. Este trabalho não partiu de uma prévia delimitação do Norte do Paraná, pois o objetivo era verificar os tipos e a abrangência das funções urbanas de Londrina. Após a confecção de cerca de uma centena de cartas temáticas, baseada na interposição dessas cartas, verificou a incidência e a frequência dos fatos sócio-econômicos e faz a sua delimitação, para efeito de tratamento estatístico dos dados primários coletados e sistematizados. Corresponde a uma área de 82.371 km² (41,37% do Estado), abrigando 4.050.538 habitantes, segundo o censo de 1970, isto é 58,39% da população paranaense. 24.

Embora a expressão Norte do Paraná procure caracterizar uma certa unidade demográfica, econômica, política e fisiográfica, é preciso que se reconheça que *não existe essa "certa unidade" ou homogeneidade*. A diversidade começa pelo termo. Para uns, é um limite base para servir como objeto

de estudo, para outros é uma referência sem muita caracterização ou especificidade.

Quais seriam, então, as contradições comumente generalizadas em publicações oficiais e mesmo científicas, sobre essa porção norte do Estado? É o que se pretende apresentar de forma sucinta.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ — CMNP

Uma das primeiras associações que se fazem é identificar o Norte do Paraná como sendo colonizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. É um erro.

Essa companhia, antes denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), realmente empreendeu uma atividade imobiliária de repercussão regional e nacional, que tomou características de um empreendimento *imobiliário-colonizador*, por ter planejado o loteamento urbano e rural de uma área de mais de 500.000 alqueires paulistas, na porção centro-norte do Estado. Planejou o retalhamento dessa imensa área nos moldes a facilitar a sua aquisição, bem como o sistema de escoamento dos produtos, tendo realizado levantamentos topográficos em toda a extensão, para a locação das áreas urbanas e rurais e a abertura de estradas, em uma área de densa mata virgem. 25

Uma simples verificação na área adquirida por essa Companhia, nos fins da década de 20, demonstra que é uma área que corresponde pouco menos da quarta parte da área do Norte do Estado. Desta forma, já ressalta de imediato a diversidade verificada na apropriação do solo, na população, como nos movimentos sociais que caracterizaram a fase da ocupação e formação dessa porção Norte do Estado.

Por outro lado, é preciso que se reconheça que a atividade empreendida por essa Companhia repercutiu intensamente em toda a porção Norte do Estado, valorizando as áreas próximas à adquirida para o seu empreendimento, como também pela forma como ela planejou a locação das áreas urbanas e dos lotes rurais. Caracterizou-se pela estrutura fundiária de pequena propriedade, trazendo, como uma das conseqüências, o rápido povoamento, sobretudo na área rural. 26

Essa associação tem trazido uma série de imprecisões e falhas nas análises sobre a região comumente conhecida como Norte do Paraná que, para o presente estudo, será adotada por Nakagawara. Essa adoção não se prende a "mais correta" ou a "mais adequada", pois, todas as delimitações são impostas ou utilizadas como simples referência, uma vez que fatos sócio-econômicos não esco-

lhem um espaço determinado. É o inverso. Em determinadas áreas de tensões sociais, ocorrem certos fatos sócio-político-econômicos que, por sua vez, se interligam a um espaço maior ou menor.

Antes da atuação da CTNP, essa região já era povoada. A primeira fundação data de 1855. Trata-se da Colônia Militar de Jataí²⁷. Logo a seguir iniciava-se o povoamento da Colônia Mineira (atual cidade de Siqueira Campos), cujo nome indicava a procedência dos primeiros povoadores. Surgiram São José da Boa Vista e Venceslau Braz, em 1867, Sto. Antonio da Platina, em 1886, Carlópolis, etc.²⁸

A falta de um critério sério e mesmo o desconhecimento da realidade interna faz com que surjam afirmações ingênuas como:

*"(...) podemos dizer que há 40 anos, quando o primeiro colonizador chegou ao Norte do Paraná, encontrou imensa área coberta de floresta..."*²⁹

Um outro conceito, bastante difundido, é a questão da *fertilidade das terras norte-paranaenses*. Esse conceito foi muito utilizado, por ocasião da venda desses lotes pela Companhia. O que surpreende é que justamente a área adquirida pela CMNP corresponde à parte de maior fertilidade das terras. Derrubadas as primeiras matas, plantando-se café em praticamente toda a extensão da porção norte do Estado, estendendo-se até o oeste-sudoeste; já no segundo decênio surgiram as diferenças pedológicas, e, conseqüentemente, o grau de fertilidade se fez contrastante entre o noroeste, constituído de arenito caiuá, como também a região de Jaguapitã e adjacências. Portanto, há muita distinção pedológica entre uma e outra área dessa porção norte do Estado. Essa distinção traz diferenças no uso do solo, na produtividade e, por extensão, nas relações de trabalho. Os técnicos do Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR — têm feito inúmeros trabalhos nesse sentido, mostrando as diversidades pedológicas existentes no Norte do Paraná.

Outro conceito que necessita de uma melhor caracterização é com relação ao processo de povoamento e da apropriação do solo. Quase todos os trabalhos existentes sobre o Norte do Paraná, *com honrosa exceção dos historiadores da Universidade Federal do Paraná*, procuram caracterizar essa região a partir da ação da CTNP, identificando-a como uma área de pequena propriedade familiar, em sua formação, como pano de fundo, e selecionam as variáveis conforme o seu objetivo.

Ora, basta um pequeno levantamento empírico para verificar que, além de ser uma noção

parcial, o Norte do Paraná foi e é ainda palco de muitas tensões sociais na área rural. A própria CTNP, em um dos seus documentos, já esgotados, ratifica essa assertiva:

*"(...) naquele tempo, toda a parte Norte do Estado do Paraná constituía praticamente um campo de batalha e competição entre um grupo de pessoas possuidoras de "títulos" de propriedade dúbios e desonrosos, e o Governo que, por sua vez, dera direitos "concessionários sobre as mesmas terras, a um grupo de amigos. O litígio continuava há anos, seja entre um "proprietário" e outro, como entre estes e o Governo. Parecia prolongar-se por outra geração, durante a qual ninguém se sentiria com confiança para arriscar dinheiro em compras de terras"*³⁰

Westphalen, numa nota prévia sobre o Paraná moderno, faz uma série de referências sobre as tensões sociais no Norte do Paraná:

*"Mais além das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Governo do Estado, desde a década de 30, numa acidentada ação contra os grileiros e os intrusos, dividiu o seu imenso patrimônio de terras devolutas, na região do chamado Norte Novíssimo, promovendo também a colonização pela venda de lotes agrícolas. A cidade de Paranavaí, a partir de 1944, polarizaria esta região"*³¹

Além disso, no Norte do Paraná, deve ser registrada a presença de muitos empreendimentos, nos moldes da CTNP; provavelmente com menos sucesso do que esta, por serem áreas menores e, racionalmente, menos planejados, pois a Cia. inglesa tentou viabilizar um empreendimento que contava com experiência anterior em outros países, e estava a serviço do Capital. Westphalen diz que quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes, e mesmo glebas inteiras, já se encontravam ocupadas pelos **posseiros**. Foi por exemplo, o caso, no Norte do Paraná, da colônia Jaguapitã, cujas terras já se encontravam praticamente todas ocupadas quando o Governo iniciou ali os trabalhos de medição e demarcação. No Oeste, foram também numerosos os casos de presença em massa de posseiros, como nas colônias Piquiri e Cantu.³²

A referida nota prévia cita e mapeia 20 grandes grilagens de terras no Paraná moderno, das quais a maior parte do Norte do Paraná³³. Ainda, podem ser citados alguns exemplos de conflitos no Norte do Paraná, como a "Revolta dos lavradores de Porecatu", muito conhecida na região, porém pouco ou quase nada foi escrito sobre o assunto.

"(...) No Norte do Paraná, entretanto, as mais graves questões de terras ocorreram somente mais tarde, dando, porém, lugar inclusive a movimentos armados de importância e de repercussão nacional. Devem ser referidas, em particular, as questões de terras de Jaguapitã e Porecatu. Em Jaguapitã, milhares de lavradores, integrando cerca de 1.500 famílias, posseiros e terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, desde 1946, passaram a viver em estado de alarme, face aos problemas de terras e, sobretudo, o comportamento do Governo do Estado ante os mesmos"³⁴

Pelo exposto, pode-se inferir que ainda não foram levantados todos os acontecimentos dessa região. O progresso observado no Norte do Paraná, a velocidade da ocupação e as rápidas transformações estruturais e sociais observadas nos últimos 20 anos deixam transparecer os reais mecanismos sócio-políticos que afetaram e têm afetado essa região. Uma das causas desta realidade é o pouco interesse que o Paraná tem despertado entre os cientistas sociais e, também, a falta de estudo de campo. A simples análise de dados secundários, além de diluir as especificidades", não qualifica ou demonstra o real, mas apenas o "numeral".

Retomando a questão da estrutura fundiária no Norte do Paraná, convém registrar que, mais uma vez, é freqüente a associação que se faz com a estrutura fundiária da CTNP, que é constituída principalmente de propriedades variando entre 5 e 30 alqueires paulistas.³⁵ Os lotes rurais de 5 alqueires eram chácaras que se situavam próximas às áreas urbanas. A estrutura fundiária dos municípios localizados fora da área da CTNP é bem distinta, por exemplo, dos lotes rurais do nordeste, noroeste e limite norte das terras da CTNP, isto é, são maiores.³⁶

Nos últimos 15 anos, tem-se verificado uma concentração das propriedades, em função da incorporação de pequenas propriedades pelas *empresas rurais* ou pelo aumento dos *latifúndios* por *exploração* (utilizando a terminologia do INCRA)³⁷. Se, a nível de Brasil, 52,30% dos estabelecimentos rurais do país têm menos de 10 hectares e ocupam só 2,80% de toda a terra, esses percentuais não ficam muito distantes em termos do Norte do Paraná. Conforme a tabela 1, grupos de área total das microrregiões homogêneas, verifica-se que 53,49% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupam apenas 9,60% de áreas norte-paranaenses. Por outro lado, cerca de 20% das áreas em hectares são ocupadas por apenas 0,28% dos estabelecimentos que têm mais de 1.000 hectares na região norte-paranaense.

TABELA I

NORTE DO PARANÁ (*)

GRUPOS DE ÁREA TOTAL DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

1975

Grupos de área total (HA)	Nº. de Estabelecimentos	%	Área (em Ha)	%
Menos de 10.....	116.486	53,49	640.719	9,60
10 a menos de 100.....	91.210	41,88	2.302.820	34,50
100 a menos de 1.000.....	9.480	4,35	2.461.937	36,87
1.000 ou mais hectares.....	670	0,28	1.270.582	19,03
TOTAL NORTE DO PARANÁ	217.783	100%	6.676.058	100,00%
TOTAL DO ESTADO	478.857			

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná, 1975, IBGE.

Obs: Foram consideradas nove microrregiões: Venceslau Braz, Jacarezinho, Assaí, Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama e Campo Mourão.

A *nível paranaense*, houve uma diminuição de 75.631 estabelecimentos, segundo comparação feita nos resultados do censo agropecuário de 1970 com a sinopse preliminar de 1975; porém, a *nível norte-paranaense*, aqui representada pelas 9 microrregiões conforme a Tabela 2, observou-se uma diminuição de 76.515 estabelecimentos.

Como é possível que, considerando somente os resultados das 9 microrregiões localizadas no Norte do Paraná, a diminuição dos estabelecimen-

tos seja maior que a do próprio Estado? É uma simples questão de média, que mascara quase sempre a realidade.

Ocorre que, das 24 microrregiões que apresentaram diminuição de estabelecimentos, 9 estão situadas no Norte do Paraná, sendo que todas as microrregiões com aumento de estabelecimentos localizam-se fora da área denominada Norte do Paraná.

TABELA 2

NORTE DO PARANÁ
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
1970 e 1975

Microrregiões Homogêneas do Norte do Paraná	1970	1975	DIMINUIÇÃO
1. Norte Velho de Venceslau Braz	20.766	20.105	— 661
2. Norte Velho de Jacarezinho	22.149	15.052	— 7.097
3. Algodoeira de Assaí	9.185	6.808	— 2.377
4. Norte Novo de Londrina	29.467	20.150	— 9.317
5. Norte Novo de Maringá	21.188	13.664	— 7.524
6. Norte Novíssimo de Paranaíba	24.679	16.242	— 8.437
7. Norte Novo de Apucarana	45.376	37.392	— 7.984
8. Norte Novíssimo de Umuarama	66.519	48.314	— 18.205
9. Campo Mourão	54.982	40.069	— 14.913

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — Paraná — 1975 — IBGE.

Ob: Total de estabelecimentos do PR em 1975: 487.857
 Total de estabelecimentos do PR em 1970: 554.488
 Diminuição de estabelecimentos em relação a 70: 75.631
 (nos resultados finais do Censo Agropecuário, o total de estabelecimentos é de 478.453).

E, assim, poderiam ser citadas inúmeras situações onde a generalização faz perder detalhes importantes e específicos.

Quase todas as características e aspectos vinculados à formação sócio-econômico-política são bem distintos não só entre o norte e o sul do Estado do Paraná, mas também entre as várias subunidades do Estado.

ABSENTEÍSMO EM PEQUENA PROPRIEDADE

As colocações anteriores sobre a questão agrária, de modo global, mas sobretudo a questão da *renda da terra* seria um dos eixos de abordagem do absenteísmo em pequena propriedade.

O Estado do Paraná é notadamente conhe-

cido como uma unidade da Federação com características fundiárias de pequeno porte, isto é, quase todos os autores destacam a pequena propriedade de exploração familiar como sendo um dos principais aspectos da sua estrutura.

Um dos grandes problemas na análise dos fatos agrários é decorrente, muitas vezes, da utilização somente de dados secundários que uniformizam e sistematizam situações diferentes sob uma mesma simbologia. Em alguns casos um exame empírico pode refutar esses dados estatísticos.

Duglas Teixeira Monteiro (1961)³⁸ foi o único autor que fez menção ao absenteísmo no Norte do Paraná no seu artigo sobre "Estrutura Social e Vida Econômica — em uma área de pequena propriedade e de monocultura".

No presente caso, o absenteísmo detectado pelo referido autor, segundo dados colhidos pelo mesmo na Recebedoria Estadual de Londrina, demonstra um quadro que não é citado na área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e não comentado na literatura sobre o Norte do Paraná. Segundo dados apresentados, a frequência com que aparecem as várias categorias ocupacionais e as diversas modalidades de relação de trabalho próprias das zonas cafeeiras do Paraná, não é a mesma conforme as áreas de ocupação recente e as áreas antigas. Observando os dados contidos na Tabela 3, percebe-se que em Cianorte, (área de colonização recente), das 65 propriedades do bairro estudado, apenas 15 tinham proprietário residente. Na Gleba Caçadores, (município de Cambé, área colonizada há, mais ou menos, 25 anos), das 19 unidades de produção visitadas, foram encontrados proprietários

residentes em 13. No entanto, a proporção de não-proprietários entre os entrevistados é praticamente igual, tanto em Cianorte como na Gleba Caçadores, atingindo 87,02% e 86,39%, respectivamente. O autor assinala ainda o elevado número de porcentageiros (parceiros de porcentagem) e a inexistência de empreiteiros na Gleba Caçadores característica da zona "velha", em confronto com uma situação inversa na zona "nova" de Cianorte.

O absenteísmo do proprietário parece ser uma característica mais comum nas áreas recentemente desbravadas, ainda, segundo suas observações.

Deve ser assinalado aqui que essas observações foram feitas há cerca de vinte anos; portanto as expressões zona "velha" e zona "nova" eram correntes na linguagem popular no Norte do Paraná, incorporando-se também à literatura científica.

TABELA 3
NORTE DO PARANÁ
ABSENTEÍSMO DO PROPRIETÁRIO
1961

Posição na Propriedade (*)	Gleba Caçadores (Município de Cambé)		Cianorte	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Proprietários.....	13	13,40	15	12,70
Empreiteiros.....	—	—	56	47,40
Porcentageiros (**). ..	27	27,83	2	1,60
Colonos.....	26	26,80	22	18,64
Volantes.....	24	24,74	11	9,33
Camaradas mensalistas.....	3	3,09	—	—
Administradores.....	1	1,03	2	1,60
Fiscais.....	3	3,09	1	0,84
Não proprietários, mas sem discriminação precisa.....	—	—	9	7,62
SOMA	97	99,98	118	99,72

(*) Chefes de família ou adultos sem família.

(**) Parceiros que recebem uma porcentagem determinada do café colhido.

Fonte: Dados colhidos na pesquisa de campo efetuada por Duglas Teixeira Monteiro. (1961)

Cabe ainda uma outra observação quanto à Tabela 3: percebe-se que na Gleba Caçadores, pertencente ao município de Cambé, limítrofe a Londrina, havia mais intensidade de trabalho de porcentageiros (27,83% contra 1,60%) que, em Cianorte, área ainda recém-desbravada.

Quanto aos fatos, acima apresentados cabem ainda algumas indagações: os proprietários

ausentes residiriam nas áreas urbanas próximas ou pela facilidade de aquisição das terras oferecidas pela CMNP adquiriam mais de uma propriedade empreitando-a aos que não tinham acesso à terra. De qualquer forma parece nítida a presença e acumulação do capital já na fase do desbravamento do Norte do Paraná.

• • •

Na tentativa de verificar o absenteísmo nos dias atuais, foi elaborada uma tabela com dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1970, a nível microrregional. Foram utilizados dois indicadores:

- verificação do local de residência do produtor (morador ou não na propriedade) e
- forma de administração pelo produtor.

Esses indicadores foram verificados em relação à área e ao número de estabelecimentos.

A Tabela 4, onde constam as possíveis indicações do absenteísmo no Norte do Paraná, sugere claramente que há uma certa correlação com o tamanho da propriedade. Veja-se, por exemplo, o local de residência do produtor das microrregiões de Jacarezinho, Paranavaí e Londrina, em relação aos estabelecimentos com respectivamente 32,80%, 30,30% e 28,59% dos proprietários, residentes fora da propriedade, sendo que em relação à área esses mesmos percentuais praticamente duplicam. Nessas microrregiões, encontram-se muitas empresas rurais e latifúndios por exploração.

TABELA 4

MICRORREGIÃO DO NORTE DO PARANÁ
LOCAL DE RESIDÊNCIA E FORMA DE ADMINISTRAÇÃO
SITUAÇÃO 1970

Microrregiões do Norte do Paraná	Local de Residência - do produtor fora do estabelec.		Forma de Administração - pelo produtor	
	% em relação aos estabelecimentos	% em relação à área	% em relação aos estabelecimentos	% em relação à área
1 Norte Velho Venceslau Braz	18,08	30,83	97,35	80,33
2 Norte Velho de Jacarezinho	32,80	57,82	93,01	59,40
3 Algodoeira de Assaí	19,34	38,74	96,55	79,70
4 Norte Novo de Londrina	28,59	56,18	91,68	60,92
5 Norte Novo de Maringá	17,25	33,27	95,97	81,50
6 Norte Novíssimo de Paranavaí	30,39	63,74	93,26	54,32
7 Norte Novo de Apucarana	13,31	32,52	96,93	76,31
8 Norte Novíssimo de Umuarama	18,37	41,67	97,00	71,35
9 Campo Mourão	12,15	32,12	97,49	75,93

Fonte: Tabela composta com dados calculados do Censo Agropecuário de 1970.

Fato curioso é que, com relação à forma de administração, percebe-se que há uma grande presença do produtor na administração da sua propriedade, pois a sua participação é sempre superior a 90%, se considerada em relação ao total dos estabelecimentos. Essa situação evidencia uma assistência constante do proprietário na administração, certamente pela facilidade de acesso e locomoção. Entretanto, em relação à área, esses índices decrescem para cerca de 60 a 70%.

O absenteísmo é pouco referenciado ou mesmo estudado na literatura agrária. Há menções de absenteísmos em grandes propriedades, ou em latifúndios improdutivos, onde os proprietários estão ausentes da terra.

Sendo o Norte do Paraná uma região constituída sobretudo de pequenos e médios proprietários, cuja terra é decantada como uma das mais férteis do Brasil, com alta produtividade, quais seriam as razões da constatação do absenteísmo mes-

mo nas áreas de pequena propriedade?

Se, por um lado, a partir dos meados da década de 60, a fertilidade da terra conjugada com uma série de fatores favoráveis à produção e comercialização permitiu uma capitalização maior em relação às outras regiões, essa tendência parece ter sido consolidada na década de 1970, com a substituição da cultura cafeeira pelo binômio soja-trigo, cujas culturas representavam duas colheitas anuais, beneficiando-se da sazonalidade desses produtos, com a utilização da mesma área e do mesmo maquinário, aumentando a mais-valia, capitalizando uns, proletarizando outros.

A questão do absenteísmo em pequena propriedade foi aqui colocada como uma das contradições existentes no Norte do Paraná, justamente porque, em quase 40 anos de publicações sobre a região, foi encontrada apenas uma menção e, mesmo na literatura agrária, o absenteísmo é pouco estudado, e relacionado geralmente à grande propriedade.

PIONEIRISMO, MOVIMENTO SOCIAL?

A questão do movimento social é um outro ponto de vista que necessita melhores estudos na denominada "unidade/diversidade norte-paranaense".

José Maria Tavares de Andrade, um sociólogo que permaneceu poucos anos na região, lecionando na Universidade Estadual de Londrina, foi um pesquisador que, a partir da Sociologia da Cultura e da Antropologia, levantou algumas questões sob uma ótica diferente da que até então os estudos sobre a região tinham sido feitos: *Ethos do Pioneiro*³⁹ — como um estudo da constelação de valores culturais locais ou regionais que envolve não apenas a figura do pioneiro como protagonista da civilização ocidental no Norte do Paraná, como também eventuais matrizes culturais que possam caracterizar traços específicos da cultura local e/ou regional.

Em outro artigo sobre *Frente Pioneira, Movimento Social?* Tavares de Andrade⁴⁰ apresenta novamente uma colocação ainda não explorada na abordagem das questões *norte-paranaenses*. Desta vez, levanta a questão dos sentimentos ou movimentos sociais regionais, entre os quais o sentimento separatista, pela criação de um Estado do Norte do Paraná, dividindo o Estado em Norte e Sul.

"Ao que nos parece, tratava-se muito mais de um sentimento vivido de modo latente ou servindo como elemento de negociações reivindicativas com a capital que propriamente formalizado em termos de movimento consequente ou movimento propriamente dito". 41

Cita dois momentos de afloração desse movimento:

— Em 1939, a Associação Comercial de Londrina reunida em assembléia geral aprovou uma moção no sentido de solicitar do Presidente da República a criação do Estado do Norte do Paraná. Na ocasião, a quase totalidade da diretoria, não aceitando a decisão da maioria se demissiona, desarticulando assim uma fase do movimento.

— Em 1956, reuniram-se em Londrina, pela primeira vez, os prefeitos da região Norte. Segundo Antonio Fernandes Sobrinho, então prefeito de Londrina, houve uma proposta de divisão do Estado em dois, apresentada pelo Sr. Aristides Frago da Costa, prefeito de Cafeara. O novo Estado passaria a ser chamado Estado de Paranapanema. Perguntado, então, como ficaria sendo chamado o outro Estado, o autor da proposta responde joco-

samente: "Estado de Paranapamonha". O fato folclorizou-se na região, correspondendo a um certo consenso popular sem, portanto, acarretar maiores consequências.

Recentemente, com o título *Este homem quer dividir o Paraná*, numa entrevista concedida à Folha de Londrina⁴², Dalton Paranaçu, ex-Prefeito de Londrina, defende publicamente a divisão do Estado em *Paraná do Norte e Paraná do Sul*, como a que ocorreu no Estado de Mato Grosso, baseado sobretudo na facilidade administrativa e autonomia maior para o Norte do Paraná. Em longa entrevista, apresenta uma série de distorções do comando centralizado em Curitiba, citando exemplos vividos na sua administração e apresentando vantagens da divisão do Estado.

Na concepção de Tavares de Andrade, poderia ser pensada a utilização de uma terminologia Gramsciana, por este denominada "a sociedade civil", ou seja, o âmbito privado quer aceder à segunda estrutura, isto é, à sociedade política ou Estado.

Lojkin, distingue quatro tipos de relações sociais, todos ligados à noção de "luta de classes"⁴³: *as relações de produção, as relações de classe, a luta das classes e a luta de classes*, que por sua vez determinam quatro momentos essenciais da análise do Estado, entendidos como "síntese" da sociedade. O Estado aparece então como:

- I — *Forma desenvolvida na socialização do processo de produção*, resposta contraditória do modo de produção dominante à contradição entre forças produtivas e relações de produção;
- II — *Instrumento de dominação e hegemonia a serviço de classe dominante*;
- III — *Espaço de enfrentamento*, de equilíbrio "instável" (Engels) entre forças políticas antagonicas, o que o leva a fazer concessões às classes dominadas para salvaguardar os interesses de longo prazo da classe dominante.
- IV — *Espaço de ruptura ou de transição* entre uma classe dominante declinante e uma classe dominada "ascendente" (Gramsci). Ruptura ou transição que se traduzirá por uma decomposição do aparelho ou dos aparelhos hegemônicos do Estado, minados em seu interior por esta forma aberta da luta de classes.

Uma reflexão do seu artigo "A análise marxista do Estado" poderá clarificar questões como a caracterização da contradição mencionada nas lutas de classes, bem como suas análises sobre as políticas urbanas capitalistas⁴⁴.

DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO

A diminuição da população é um outro aspecto que precisa ser levantado, pois, até agora, o Norte do Paraná é conhecido como a região de maior afluxo populacional, porém, nos últimos dez anos, observou-se um dos maiores refluxos em direção a outros Estados.

A década de 60, denominada como a década da "desestruturação do Paraná"⁴⁵, foi um período de rápidas transformações estruturais que viriam repercutir intensamente na organização do espaço físico, social e econômico. O universo de problemas surgidos deve ser apreendido como se inscrevendo dentro de um amplo processo da evolução do capitalismo no Brasil.

Com relação ao perfil populacional, a tabela demonstra que os dados preliminares do Censo de 80 apenas confirmam os estudos anteriores realizados por Nakagawara⁴⁶ sobre a questão da diminuição da população do Paraná, contrariando mes-

mo todas as projeções feitas pelos órgãos oficiais. O IBGE estimou a população paranaense em 10.274.200 habitantes e, para 1975, a sua estimativa era de 8.449.200 habitantes. A Companhia Paranaense de Energia — COPEL, estimou em 10.017.900, segundo a hipótese média.

Os dados preliminares do Censo de 80 acusaram somente 7.736.523 habitantes, cuja taxa média geométrica de incremento anual da população residente foi de 0,94%, a menor taxa brasileira, só perdendo para o Território de Fernando de Noronha, que acusou 0,22%. Em compensação, Rondônia e Mato Grosso apresentaram as mais altas taxas brasileiras: 15,80% e 6,62%. São regiões que absorveram as pressões demográficas de outras regiões, sobretudo do Norte do Paraná, que há menos de três a quatro décadas, tinha absorvido a pressão demográfica sobre a terra nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Nordeste. TABELA 5

TABELA 5

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DO BRASIL CENSOS DE 1872 a 1980

Censo	Pop. Brasil	Cresc. em Rel.	Pop. Paraná	Cresc. em Rel.	% do PR/BR
		ao censo ant.		ao censo ant.	
1872	9.930.478	—	126.722	—	1,27
1890	14.333.915	44%	249.491	97%	1,74
1900	17.438.434	22%	327.136	31%	1,87
1920	30.635.605	75%	685.711	11%	2,24
1940	41.236.315	34%	1.236.276	80%	3,00
1950	51.944.397	26%	2.115.547	71%	4,07
1960	60.967.185	36%	4.277.763	102%	6,03
1970	94.508.554	33%	6.936.743	62%	7,33
1980*	121.075.669	28%	7.617.292	10%	6,3

Fonte: Recenseamentos da FIBGE.

(*) Dados preliminares do Recenseamento de 1980 (pop. residente)

As estimativas oficiais provavelmente foram feitas antes da queda de julho de 1975,⁴⁷ como também não foi estimado o avanço devastador do capitalismo no campo, na década de 70.

Dos 290 municípios recenseados em 1980, cerca de 60%, isto é, 170 municípios apresentaram menos população residente, se comparada com os resultados de 1970. E, desses municípios com redução populacional, apenas 10 estão localizados no extremo sul do Paraná.

A fig.1 dá uma visão global da localização desses municípios, que, de forma quase compacta, encontram-se distribuídos no norte do Estado.

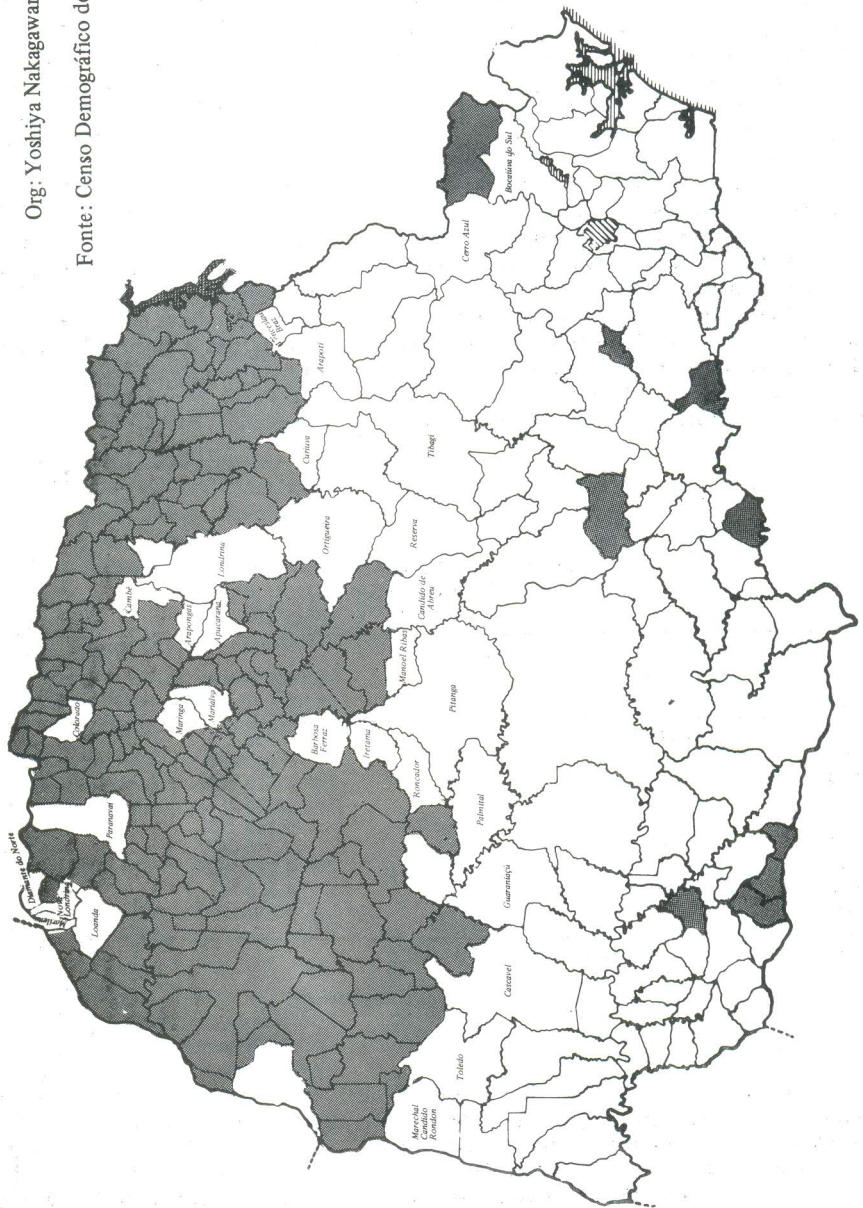
Aqui, cabem algumas reflexões a respeito de algumas questões agrárias e urbanas, numa fronteira de recursos no Brasil. Os fenômenos se repetem na história, se os fatos forem vistos de uma forma global. A sucessão de fatos parece que confirma e fecha o círculo da evolução do capitalismo.

Bertha Becker (1973),⁴⁸ no estudo sobre a

ESTADO DO PARANÁ

Municípios que apresentaram menos população no censo demográfico de 1980, em confronto com o censo demográfico de 1970.

Organizado por Yoshiya Nakagawara

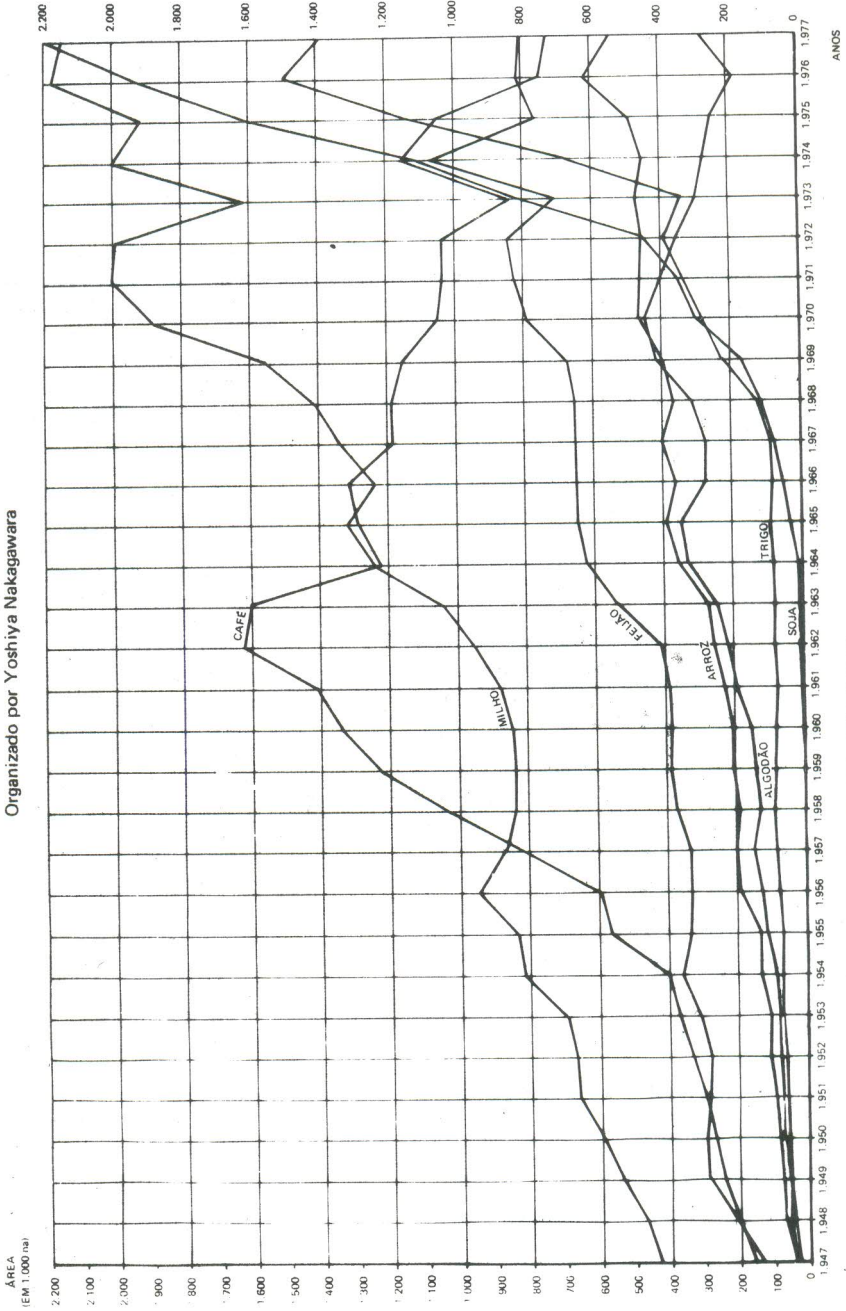


Org: Yoshiya Nakagawara

Fonte: Censo Demográfico de 1980

ESTADO DO PARANA SETOR AGROPECUÁRIO ÁREA COLHIDA(ha). 1947-77

Organizado por Yoshiya Nakagawara



FONTE: Estatística Agrícola do PR - Subsetor: Levantam. - IPARDES 1976. DERAL/CEPA - SEAG - 1977. DES.-J.E. ITO

origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos, tomando como modelo o crescimento urbano na área da Belém-Brasília, discorre sobre o surgimento e crescimento ou estagnação, questionando a estabilidade dos povoados nessa região, como também o problema da justiça social. Segundo seu estudo, as incipientes formas de urbanismo constituem a base local de operação, elo de uma grande cadeia que mobiliza o excedente em favor da classe mais poderosa e suas expressões espaciais — as metrópoles (nacionais e internacionais).

A extração e mobilização do excedente estaria estritamente relacionada à origem dos povoados, uma vez que:

- surgem como pontos de concentração de mão-de-obra mobilizada para a abertura da área, de modo a permitir a reprodução do excedente através da apropriação da terra, da exportação de produtos para e da região, bem como através da produção de alimentos baratos para a mão-de-obra urbana;
- são pequenos centros de mercado, pontos de coleta dos produtos exportados e pontos de suprimento de bens e serviços para a população que neles reside; os interesses externos da classe mais poderosa são representados pelo dono da pequena loja, que geralmente exerce ambas as funções, de coleta e de distribuição;
- surgiram também como pontos de apoio direto à circulação, pois, que alguns deles se cristalizaram em torno de postos de gasolina e restaurantes. 49

Se analisada a questão do surgimento de cidades e povoados no Norte do Paraná, como também o processo dessa evolução, da década de 30 até 60-70, os fatos desse processo estariam se repetindo nas novas fronteiras de recursos em exploração.

Alguns exemplos bastariam para verificar que esta realidade é mais do que palpável, através de pesquisas já realizadas por Nakagawara⁵⁰.

- Em 1940, quando a fronteira de recursos no Norte do Paraná localizava-se em Londrina e adjacências, havia apenas 49 municípios no Estado; em 1950, quando essa fronteira já tinha se deslocado para Maringá — 120/130 km de Londrina foram abertas muitas cidades no Norte do Estado, totalizando, à época, 80 municípios. Porém, nas décadas de 60 a 80 que o Norte do Paraná, de fronteira de recursos, começa a se

desestruturar, passando de região absorvedora de mão-de-obra em exportadora de mão-de-obra. O número de municípios, que era de 162, por ocasião do Censo de 1960, passa a ser de 288, em 1970. Esse desdobramento de municípios, criados pela fragmentação de municípios existentes, trouxe sérias consequências sociais e econômicas, cujos resultados, ainda hoje, estão por ser analisados de forma mais profunda e sistemática. Em fim da década de 60, o Norte do Paraná já tinha sido totalmente ocupado, com a multiplicação de cidades de 10 a 50.000 habitantes em sua maioria, ao lado de inúmeros municípios entre 5 a 10.000 habitantes;

- Hoje, como foi referido anteriormente, esses municípios estão enfrentando sérias dificuldades, com as modificações estruturais observadas nas duas últimas décadas. Aqueles situados ao longo de eixo-viário Londrina-Maringá, como também os municípios favorecidos por vantagens locais 51 crescem e ampliam sua esfera de influência, sobrepondo-se à pequena esfera de influência local dos menores, como foi constatada no trabalho de Bertha Becker. Uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área (...), o povoado se torna desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas, conforme afirma Becker. Sim, começam a se extinguir ou a se estagnar no Norte do Paraná, reaparecendo em Mato Grosso, Rondônia, Amazonas...
- Na década de 50, Londrina foi o maior centro atacadista da região; na década de 60, Maringá, a oeste, foi o maior centro atacadista 52 e, certamente, Campo Grande-MT e Cuiabá devem ter representado esse papel.
- Em 1972, das 692 agências bancárias existentes no Paraná, 444 (65%) estavam localizadas no Norte do Estado, e, de 16 municípios com 8 ou mais agências, 11 estão situados na região Norte do Paraná 53 A comercialização do excedente era feita pelos escritórios ou agências de comercialização, cujas matrizes localizavam-se em São Paulo, Rio ou Santos. A tabela 6 pode dar uma idéia do esquema do fluxo monetário, na comercialização do café. Este fluxo foi

demonstrado em um trabalho realizado por Nakagawara, quando pesquisou o papel dos Bancos na organização do espaço regional norte-paranaense. Apresenta a evasão do numerário, constatada pelo movimento bancário de Londrina e Maringá⁵⁴;

— Um outro exemplo que pode ser apresentado é o movimento constatado através

da pesquisa realizada no Banco do Brasil S/A., agências de Londrina e Maringá, tendo como amostra o Setor de Cobrança, no período de janeiro a dezembro de 1971. (Tabela 7)

Assim, são inúmeras as evidências constatadas sobre a repetição do modelo, esquema ou situação.

TABELA 6
FINANCIAMENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO
DO CAFÉ PELO BANCO DO BRASIL S/A.
JANEIRO a ABRIL — 1972

BENEFICIÁRIOS	VALOR EM CRUZEIRO	%
1. Comerciantes	128.959.070,23	74,58
2. Produtores	27.268.465,33	15,77
3. Cooperativas	16.692.331,50	9,65
TOTAL:	172.919.867,06	100,00

Fonte: Banco do Brasil S/A. Ag. de Londrina. (Levantamento feito por Y. Nakagawara. *As funções regionais de Londrina e sua área de influência*, p. 134)

TABELA 7
NUMERÁRIOS EXPEDIDOS DE LONDRINA E MARINGÁ
PELO SERVIÇO DE COBRANÇA-1971

	TOTAL	NORTE PR. %	SUL PR%	S. PAULO%	OUT. LOCAL
Londrina	94.211.208,96	13,09	6,87	51,55	28,49
Maringá	75.526.167,82	12,32	7,49	49,46	30,73

NUMERÁRIOS RECEBIDOS PÓR LONDRINA E MARINGÁ
PELO SERVIÇO DE COBRANÇA-1971

	TOTAL	NORTE PR. %	SUL PR%	S. PAULO%	OUT. LOCAL
Londrina	34.257.736,08	31,83	10,08	34,67	23,42
Maringá	19.686.584,58	18,56	9,45	36,65	35,34

Fonte: Banco do Brasil S/A Ag. de Londrina. (Levantamento feito por Y. Nakagawara. *As funções regionais de Londrina e sua área de influência* - (Movimento Bancário).

MUDANÇAS ESTRUTURAIS, DESORGANIZAÇÃO RURAL-URBANA E CAPITALISMO AGRÁRIO

Refletir sobre a gênese da formação, evolução e problemas norte-paranaenses implica necessariamente em compreender um amplo processo de fatos sócio-político-econômicos, cujos reflexos serão diferentes, variando conforme os atritos de um *determinado espaço*, influenciado também pelo *aspecto temporal* e pelo *próprio homem*, motor desse processo.

Pela exposição anterior, é possível perceber diferentes relações econômico-espaciais no Norte do Paraná, como também é possível levantar fatores determinantes ou influentes dos vários aspectos tratados. Tentar apreender o conjunto, especificando a essência seria o ideal. Geraldo Müller⁵⁵, ao estudar a Baixada do Ribeira, faz uma advertência nesse sentido, quando considera que "os estudos monográficos, comunitários ou de caso trazem, inevitavelmente, à baila a questão da *relação entre a essência do movimento e sua aparência, ou seja, da existência como uma relação essencial. (...) Mas essa trajetória requer uma construção, uma reflexão (...) requer pesquisa para surpreender aí a essência. Precisamente neste sentido, tais trabalhos consistem em estudos de concreto (...) de acordo com a conhecida formulação de Marx, em síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso*".⁵⁶

Na consideração deste estudo sobre o Norte do Paraná inexisteriam questões agrárias e questões urbanas desvinculadas, não só devido a características da região, mas principalmente por causa de inúmeras vinculações que existem entre esses aspectos. Portanto, buscar os fatores comuns dessas questões parece um método mais correto. Neste caso, não é simplesmente a divergência e contradições existentes sobre essa região, que se pretendeu levantar, mas fundamentalmente a maneira de abordar esses problemas em um determinado espaço, sem setorizar muito as variáveis, que interessam nesta discussão. A interdependência dos problemas e a subordinação ao capital parecem ser o esteio da questão. Importantes postulados teóricos e vários trabalhos empíricos, no campo do capitalismo agrário e renda da terra, têm demonstrado resultados que merecem atenção.

As mudanças estruturais verificadas nas duas últimas décadas, parecem privilegiar o capital, tais como:

1 – TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Com a diminuição de pequenas propriedades, beneficiando a concentração e todos os seus corolários, como já foi visto, tem-se modificado a organização da estrutura produtiva. Por outro lado, há que mencionar a *incorporação de centenas de pequenas propriedades de 5, 10, 15 a 20 ha, na área urbana de cidades* localizadas nos pontos estratégicos ou às margens da Rodovia de Londrina a Maringá; Maringá a Umuarama ou Campo-Mourão onde a especulação imobiliária nessa última década foi um fato bastante observado.⁵⁷

2 – SUBSTITUIÇÃO DE CULTURAS

De atividade absorvedora de grande quantidade de mão-de-obra rural durante todo o ano – "café" –, para a atividade repulsora de mão-de-obra: soja/trigo, ao lado do crescimento da área de pastagens, não só a estrutura produtiva, mas toda a estrutura social começa a se modificar. A fig. 2 demonstra a evolução da área do café, em relação à soja e ao trigo. A produção da soja, por exemplo, de cerca de 20.000 t. em 1963, atingiu a soma de 5.400.000 t. na safra 79/80, sendo que em área a sua expansão atingiu 2.410.000 ha.

Quanto ao café, cujo programa de erradicação no Paraná foi iniciado em 1964 e que, em 1963, a área cultivada com café era de 1.836 mil ha, com 1.316 milhões de cafeeiros, houve, entre 1963 e 1971, a liberação de 726 mil ha de área e 482 milhões de pés de café erradicados.⁵⁸

Através de dois programas oficiais, de junho 62 a maio de 67, resultou num decréscimo de 250 milhões de pés de café na população total do Estado. Considerando-se, entretanto, que a diferença apurada entre 1963 e 1971 totaliza 482 milhões de cafeeiros e que foram plantados de 1969 a 1971, como decorrência do programa de renovação, 96 milhões, a erradicação particular, calculada por diferença, atingiu a cifra próxima de 328 milhões de pés de café. Dessa forma, de 1963 a 1971, houve decréscimo na população cafeeira, de cerca de 578 milhões de pés, que liberou perto de 858 mil ha de área.

Conforme o "Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira" – 59, uma pessoa atende em média, cerca de 3 ha com café com a vantagem de ocupação permanente de 12 meses por ano. Considerando que o café ocupava em 1961 uma área de 1.787 ha, demandava um total de 596 mil trabalhadores, correspondendo a aproximadamente 238 mil famílias, uma vez que a média por família é de 2,5 pessoas economicamente

mente ocupadas, com essa cultura. Assim, tendo em conta que foram liberados entre 61 e 71 por cento de 677 mil ha de área com café, resulta no desemprego de 226 mil trabalhadores rurais, ou 90 mil famílias deslocadas da cafeicultura. Ainda, segundo estudos da Assessoria Estudos do Badep⁶⁰, considerando que o número médio por famílias no meio rural, aproximadamente 504.000 pessoas foram atingidas diretamente pela erradicação desses cafeeiros. Mesmo com a reocupação desse pessoal para a bovinocultura, a absorção da mão-de-obra foi insignificante.

O Paraná, que já produziu mais de 20 milhões de sacas beneficiadas (anos 1961 e 1965, por ex.), hoje sua produção está estimada em 6 a 7 milhões de sacas, previsão da safra 80/81, segundo o Departamento de Estatística da Secretaria de Estado da Agricultura do PR.

• • •

Quanto à evolução das pastagens em ha, o quadro abaixo oferece algumas indicações.

	1960 ha	1970 ha
Pastagens naturais:	1.912.081	1.809.429
Pastagens artificiais:	781.947	2.700.281
Total do PR:	2.694.028	4.509.710

De 2.694.028 ha em 1960, passou ao total de 4.509.710 ha, isto é, houve um acréscimo de cerca de 1.815.000. A nível norte-paranaense, esse quadro altera profundamente, pois a sua pastagem é, em sua totalidade, praticamente artificial:

	1960 ha	1970 ha
Pastagens naturais:	225.746	276.060
Pastagens artificiais:	622.312	2.077.569
Total do N. do Paraná:	848.058	2.353.629

Só no Norte do Estado, a área de pastagens cresceu em mais de 1.505.000 ha.

E, segundo previsão do Dept^o. de Estatística da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, a área da pastagem artificial do Estado já atingiu 5.300.000 ha em 1979 (1.600.000 naturais e 3.700.000 ha de pastos artificiais).

3 – MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

A intensa mecanização e uso de insumos modernos, propiciados pelas facilidades creditícias,

são também indícios de transformações estruturais.

Em 1960, havia 5.181 tratores no Paraná, segundo o IBGE, mas em 1970, já se registravam 17.190 tratores e, segundo o DERAL, o número de tratores no Paraná evoluiu conforme o quadro abaixo: (Secret. da Agricultura)

1975	— 47.666
1976	— 55.385
1977	— 66.560
1978	— 73.379
1979	— 87.306
1980	— 95.240

E, quanto à evolução do número de colheiteadeiras, evoluiu conforme discriminação abaixo:

1975	— 7.407
1976	— 8.780
1977	— 9.616
1978	— 10.597
1979	— 14.186
1980	— 14.730

E, segundo a mesma fonte, da área agricultada do PR, estimada em cerca de 8.744.000 ha, possui 6.483.000 de área adubada, excluindo-se a pastagem. E, quanto à demanda aparente de defensivos agrícolas do Estado para 1980, em ha, o quadro abaixo dá uma visão geral.

		HA
Herbicidas	—	2.257.260
Inseticidas	—	4.898.120
Fungicidas	—	1.206.320

E assim poderiam ser mencionados os "fábulosos" índices de crescimento, que não levam a nada... talvez a um bom exercício sobre o capitalismo agrário.

• • •

Que tipo de conseqüências foram as mais sentidas pelo homem paranaense, particularmente aquele que habita e habitava, até recentemente, o Norte do Estado? Certamente, o trabalhador rural foi o mais prejudicado.

Segundo últimos dados mais ou menos confiáveis,⁶¹ o Paraná contava com 1.612.000 trabalhadores rurais, dos quais 49,0% ou 796.000 trabalhadores eram assalariados temporários; de 1967 a 1972, o aumento constatado de trabalhadores temporários foi de 244,00%.

Todos esses fatores de modificações verificados na organização da produção agrícola, aliado à estrutura fundiária em evolução no Paraná, levam o trabalhador rural a se deslocar de uma região para outra, migrando ora para as novas fronteiras agrícolas, ora para as cidades, cujo único instrumento de sobrevivência passa a ser apenas a sua

"cansada" força de trabalho... Há, por outro lado, aqueles que conseguem melhores condições de vida ou uma melhor ascensão social nesse sistema.

A seguir, serão explicitadas as questões urbanas, através do seu perfil nas últimas décadas, como também os postulados sobre a *renda da terra*, o capitalismo agrário e mobilidade do trabalho, como complemento teórico-empírico para concluir as questões agrárias e urbanas do Norte do Paraná. (continua no próximo número)

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 – Michel Gutelman, *Estructuras y Reformas Agrarias*. Barcelona, Fontamara. 1978, p. 15
- 2 – David Harney. *Social Justice and the City*. Baltimore Maryland, USA, 1975, p. 304.
- 3 – Marshall M.A. Feldman. Uma Resenha Crítica da "Questão "Urbana" de Manuel Castells". *Espaço & Debates*. São Paulo. 1 (1) : 45-54. Janeiro de 1981, p. 47.
- 4 – Ibidem, p. 53
- 5 – Ibidem, p. 45
- 6 – Milton Santos. *A divisão do Trabalho Social com uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países*. 3º. Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza. 19 a 27 de julho 1978. p. 37-50
- 7 – Ibidem, p. 48
- 8 – Milton Santos. *O Espaço Dividido; os dois circuitos da economia Urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio, Francisco Alves. 1979. 345 p.
- 9 – Ibidem, p. 287
- 10 – Ibidem, p. 23
- 11 – Ibidem, p. 27
- 12 – Ibidem, p. 28
- 13 – Ibidem, p. 29
- 14 – Salete Magdalena Cambiaghi. O Povoamento do Norte do Paraná. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo. vol. VI, Tomo I: 81-90, 1951-1952, publicado em 1954.
- 15 – Ver a delimitação dessa área no estudo acima referenciado, p. 81.
- 16 – Nice Lecocq Muller. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, 22:55-97. São Paulo, Março de 1956.
- 17 – Ver a delimitação dessa área no artigo acima referenciado, p. 57.
- 18 – Ver a "linha de geada", no trabalho *As funções Regionais de Londrina e sua área de influência*, de Yoshiya Nakagawara, fig. 3
- 19 – Ver essa delimitação, no trabalho do PLADEP.
- 20 – As 9 microrregiões são: Norte Velho de Veneslau Braz, Norte Velho de Jacarezinho, Algodoeira de Assaf, Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá, Norte Novíssimo de Paranaíba, Norte Novo de Apucarana, Norte Novíssimo de Umuarama e Campo Mourão.
- 21 – Ver *Regionalização Agrícola do Estado do Paraná*, Ipardes. 2 v. (foram utilizadas 29 variáveis, a nível das microrregiões, para definir a regionalização. p. 17)
- 22 – Por exemplo, a própria Cia. de Terras Norte do Paraná, o IBC, e muitos trabalhos científicos (teses); geralmente associados também à cultura cafeeira.
- 23 – Yoshiya Nakagawara. *As funções regionais de Londrina e sua área de influência*. USP. Tese de doutoramento. 3v; 1972.
- 24 – Ibidem, Fig. 117
- 25 – Consultar publicação da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, documento lançado por ocasião do 50º. aniversário da Cia. *Colonização e Desenvol. do Norte do Paraná*. 295 p.
- 26 – Conforme Yoshiya Nakagawara. Aspects du peuplement et de la population de l'état du Parana, in "Le Bassin Moyen du Parana Brésilien". *Travaux et Documents de Géographie Tropicale*, n.º. 35:11-30. Centre d'Études de Géographie Tropicale. Centre National de la Recherche-Scientifique. Talence, France; e da mesma autora, *Evolução e Distribuição da População Paranaense; Paraná, Mundo Rural*. Londrina. 1975 (mimeo)
- 27 – Conforme Lysia Maria Cavalcanti Bernardes. O Problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. *Rev. Bras. de Geografia*. Rio de Janeiro. 15(53): 335-84, julho/set. 1953, p. 357.
- 28 – Conforme Nilo Bernardes. Expansão e Povoamento no Estado do Paraná. *Rev. Bras. de Geografia*, Rio de Janeiro, 14(4): 427-456, 1953. p. 448
- 29 – Kozen Igue e Laura R.M. Bernardes. Proposição para o uso e a conservação dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná. *Manual Agropecuário para o Paraná*. Londrina, Fundação Instituto Agrônômico do Paraná. 1978: 607-616, p. 607
- 30 – Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul. Editada pela Cia. M. Norte do Paraná, sem data, esgotado, p. 2
- 31 – Cecília Westphalen. Nota Prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno, Boletim do Departamento de História, n.º. 7, p. 3 (Univ. Fed. PR)

- 32 – Ibidem, p. 22
- 33 – Ibidem, p. 24
- 34 – Ibidem, p. 33
- 35 – No total, a CTNP adquiriu uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 km². Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500m².
- 36 – Ver as tabelas e os mapeamentos do trabalho *Movimentos Demográficos do Paraná 1900-1975*, de Yoshiya Nakagawara. Londrina 1979. 75 páginas. Ver também os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 da Fundação IBGE.
- 37 – Consultar o Relatório Preliminar do *Plano Diretor do Eixo Viário Londrina-Maringá*. Convênio Sudesul, Sepl, Fuel, Fuem. 1979. v. I; a Estrutura Agrária do Estado do Paraná, de José Graziano da Silva, *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº. 64: 9-41; *Movimentos Demográficos no Paraná 1900-75*, de Yoshiya Nakagawara, nota 36.
- 38 – Douglas Teixeira Monteiro. Estrutura social e Vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, nº. 12: 47-63, Belo Horizonte. Outubro de 1961.
- 39 – José Maria Tavares de Andrade. Ethos do Pioneiro. *Semina*, 1(1), Londrina. Abril/junho 1978.
- 40 – Ibidem. Frente Pioneira, Movimento Social? *Textos de Debates*, 1: 111-126. João Pessoa. Dept^o. de Ciências Sociais. Abril de 1980.
- 41 – Ibidem, p. 120
- 42 – Este homem quer dividir o Paraná: *Folha de Londrina*. Londrina – PR, p. 8 (caderno 3) 21.1.79
- 43 – Jean Lojkine. Análise Marxista do Estado. *Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, 1 (1), p. 55. CERU.
- 44 – Consultar a tese de estado: L'état et l'urbain. Paris, Univ. René Descartes, Sorbonne. 1976, de Jean Lojkine.
- 45 – Yoshiya Nakagawara, "Movimentos Demográficos do Paraná, 1900-1975", 1979. (edição do autor, inédito) vol. II. Fig. 14
- 46 – Ibidem, volume I, e notas preliminares, inédito.
- 47 – As conseqüências da geada repercutem em toda a vida sócio-psíquico-econômica regional. Yoshiya Nakagawara, em seu trabalho referenciado acima, na nota 23, cita algumas conseqüências (ver. p. 27 e seguintes, e 180 e seguintes)
- Dentre as conseqüências econômicas ocasionadas pelas geadas, citam-se:
- a drástica redução na renda global da região;
 - descapitalização do setor da produção cafeeira;
 - a queda acentuada no ritmo geral do desenvolvimento, não só da região como de todo o Estado do Paraná;
 - transformação de muitas áreas de cultura de café em áreas de culturas sazonais ou diretamente em pastagens.
- Conseqüências sociais vão também influir na vida regional, como:
- diminuição do poder aquisitivo da população rural diretamente ligada ao cultivo do café;
 - desequilíbrio na distribuição da renda proporcionada pelas operações de colheita de café, que chegam a atingir, às vezes quase 10% do valor das safras, fato que normalmente contribui para estabelecer o equilíbrio sócio-econômico das populações mais humildes, envolvidas na atividade cafeeira;
 - desemprego ocasionado pelo abandono da lavoura ou pela sua transformação em outras atividades que demandam menos mão-de-obra;
 - ativamento do fenômeno de urbanização, pelo deslocamento de parte da mão-de-obra liberada no meio rural, para as cidades;
 - migrações em conseqüência do desajuste de demanda de mão-de-obra nas áreas cafeeiras atingidas pelas geadas.
- 48 – Bertha Becker. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Rev. Bras. de Geografia*, Rio de Janeiro, 40(1): 111-122, jan/mar., 1978.
- 49 – Ibidem, p. 116.
- 50 – Consultar o trabalho "As funções regionais de Londrina e sua área de influência", de Yoshiya Nakagawara. Tese de doutoramento. USP. 1972, volumes I e Anexo-Cartas.
- 51 – Ler o capítulo 4 do trabalho "Processo de Industrialização Paranaense – Perfil das indústrias alimentícias", de Yoshiya Nakagawara e Alice Yatiyo Asari: Londrina-UEL, 1980. p. 212 a 240.
- 52 – Ver o trabalho "As funções regionais de Londrina e sua área de influência", acima citado, p. 55 e 78.

- 53 — Ibidem, p. 128 e seguintes.
- 54 — Ibidem, p. 144 e seguintes.
- 55 — Geraldo Muller. *Estado, Estrutura Agrária e População*. Petrópolis. Vozes. 1980. 141 p. (Cadernos CEBRAP nº. 32)
- 56 — Ibidem, p. 12
- 57 — Estão sendo confeccionados pelo Laboratório de Estudos Geo-Econômicos do Centro de Ciências Exatas da Universidade, cartas sobre a expansão urbana de Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama, segundo os loteamentos aprovados, as cartas de Londrina e Maringá já estão na fase final.
- 58 — Conforme Jurema Penteadó, que fez um estudo específico sobre *Erradicação de Cafeeiros e mobilidade de mão-de-obra agrícola no Paraná — Período 1961/19712* publicado pelo Badep em set./1973, 46 p.
- 59 — Citado por Jurema Penteadó, conforme trabalho acima, p. 36
- 60 — Ibidem, p. 37
- 61 — INCRA: 1972 e 1974; CONTAG: 1974 e IBGE: 1970 e 1975.
- 62 — A expressão **Região** foi muito utilizada neste trabalho. Lívia de Oliveira, em seu artigo "Percepção Espacial e Regionalização", dá suas posições, diante da problemática que envolve esta expressão. Consultar *Cadernos da UnB*, s/nº., s/d, ref. ao tema Organização Regional no Brasil: 67-74.